

GLOBALIZAÇÃO ESCONDE REALIDADE

Texto: Hamilton de Souza
Ilustração: Maringoni



Exaltado, glorificado e até mesmo transformado na última panacéia da vida nacional, o processo de globalização – da economia, das comunicações e da cultura – comporta os mais variados entendimentos, desde a sua negação como algo novo na face da terra até sua afirmação como algo inédito, irreversível e incontrolável.

A análise sobre o que está acontecendo desperta interpretações polarizadas, enfocadas sob prismas diferentes e, muitas vezes, recheadas de aspectos polêmicos. Mas é exatamente no clima do debate que essa questão começa a ser estudada e aprofundada, muito além dos discursos oficiais e da superficialidade da mídia.

Na última reunião da SBPC, em julho, na PUC/SP, duas mesas-redondas sobre o tema bateram recordes de público, especialmente estudantes. A curiosidade pelo conhecimento está no ar. Afinal, a chamada globalização tem sido associada à abertura das fronteiras comerciais, à privatização do Estado, aos investimentos estrangeiros, à elevação dos padrões de qualidade e eficiência, ao competitivismo, ao consumo ampliado de bens e serviços, ao acesso tecnológico e até ao cenário de uma nova era na educação e na cultura.

Da mesma forma, estão sendo associadas à globalização a quebra de bancos, o aumento das concordatas e falências, a desestruturação e a desnacionalização de setores produtivos, o crescente desemprego, o bombardeio aos direitos trabalhistas e sociais, a migração da mão-de-obra, o refluxo sindical, a devastação cultural e o aumento das disparidades sociais.

O relatório da ONU sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado dia 15 de julho, constata que as disparidades econômicas entre os países industrializados e o mundo em desenvolvimento se acentuaram ainda mais nos últimos 15 anos, período em que se verifica a intensificação da globalização. Classificado em 58º lugar no IDH, o Brasil apresenta um desempenho inferior à média mundial, mesmo porque continua sendo o campeão de concentração da renda.

Além de analisar aspectos econômicos e sociais de 174 países, e de apontar inúmeros desvios no desen-

volvimento humano, o relatório da ONU trata também do “crescimento desenraizado”, alertando para o fato de que, no atual processo de globalização, muitas das 10 milhões de culturas existentes no mundo correm o risco de marginalização ou desaparecimento.

Realidade

Professor de Filosofia Contemporânea na USP, Paulo Arantes diz que a primeira coisa a ser feita, ao tratar desse assunto, “é parar de falar em globalização e modificar a conceituação sobre o que está ocorrendo atualmente”. Para ele, “globalização é um conceito muito ambíguo, ideológico, apologético e fala de uma coisa que não existe”.

Globalização, segundo Arantes, significa uma sociedade sem fronteiras, interdependência, paridade, fluxo em todos os sentidos, um conjunto de oportunidades e riscos para todos. “Isso é um mito”, diz ele, “não existe, é uma brincadeira, é um discurso, e as pessoas que estão falando em globalização estão sonhando”.

Depois de lembrar que a denominação surgiu nos anos 70, quando alguns professores universitários norte-americanos passaram a falar em *global trade* para orientar as políticas internacionais de suas empresas, Arantes afirma que a insistência em se dizer, hoje, que “nós estamos entrando numa nova era, porque a sociedade é global, o mercado é mundial, esconde alguma coisa”.

Para ele, uma expressão mais adequada é mundialização do capital. E, neste caso, o fenômeno não é novo, pois “o capital é mundial desde que existe, desde o século XIV”. Se é para falar em termos de abertura econômica, das empresas e dos mercados, diz Arantes, “a economia mundial já foi mais aberta do que é hoje, no apogeu da hegemonia inglesa, entre 1870 e 1914”.

Outra coisa que descaracteriza a globalização é o fato de que pouquíssimas empresas são transnacionais. Segundo o professor Arantes, “a maior parte dessas empresas ditas globais são, na verdade, corporações multinacionais baseadas nacionalmente”. Ou seja, todas elas preservam uma base nacional, uma matriz, um centro de controle cuja localização geográfica não é acidental.

Com relação ao fluxo do capital financeiro e dos investimentos diretos, que seria outro componente num processo de globalização, diz Arantes, ele acontece no interior da tríade Estados Unidos-Europa-Japão (sudeste asiático), onde estão baseadas 80% das corporações mundiais. “Portanto, o fluxo se dá lá em cima, com algumas adjacências periféricas, mas o resto está fora, o Brasil está fora”. O que está “globalizado”, segundo ele, é o capital especulativo, estimado em 1 trilhão de dólares, que gira o mundo em 24 horas, opera nas bolsas de vários países e que também está concentrado nas mãos de poucos investidores internacionais.

Paulo Arantes atribui à crise de hegemonia do capital norte-americano “essas alterações de padrões costumeiros”. Segundo ele, “o fato é que os Estados Unidos são o maior mercado, a maior potência militar do mundo, as maiores corporações estão lá, mas a economia norte-americana não cresce há 25 anos, e uma potência só é hegemônica se tem condições de organizar e gerir, capacidade que os Estados Unidos perderam”.

Então, o que acontece “é um interregno entre a passagem da hegemonia norte-americana e uma outra hegemonia que nós não sabemos ainda qual é, talvez seja a do sudeste asiático”. Para ele, nesse período de crise de hegemonia ocorre o deslocamento do capital financeiro, que torna possível algumas coisas, entre elas a estabilização monetária em países periféricos. “Sem esse capital”, diz, “não há estabilização monetária no Brasil nunca.”

Ao entrar em crise, a hegemonia norte-americana – que durante anos fortaleceu movimentos na periferia – obrigou a classe dominante brasileira a buscar saídas para o seu modelo desenvolvimentista. A saída encontrada, segundo Arantes, “foi inter-

nacionalizar de outra maneira a mesma coalizão de classe”. Ele conclui que essa alteração é simplesmente de padrão desenvolvimentista, já que “o mesmo pacto de dominação, a mesma coalizão de classe que vem dos anos 30, continua sem rachadura, sem qualquer alteração”.

Arantes diz que o Estado brasileiro, que “nunca foi público nem popular, mas privado”, sempre atuou e continua atuando para, “através de uma política monetária de subsídios, de financiamentos e até de pilhagem pura e simples, remunerar, igualmente, os

setores produtivos e improdutivos, os mais dinâmicos e os mais atrasados, pois eles querem exatamente a mesma coisa”.

Para o professor, a briga da classe dominante por financiamento, a sua internacionalização, acrescenta “nada” para a maioria da sociedade brasileira. Ele considera ilusão do presidente Fernando Henrique Cardoso achar que, no final do seu governo, possa contar 20 milhões de pessoas vivendo em padrões do chamado primeiro mundo. Ao

contrário, a tendência é de aumentar a “relegação social” e de ampliar a “dessolidarização da classe dominante”, que terá o eixo dos seus negócios no exterior.

Controle

Embalado no discurso modernizante da globalização, o sociólogo e presidente Fernando Henrique admite, no texto incluído no relatório da ONU, que “as soluções para os problemas sociais não são apenas nacionais”, pois “a globalização limita as ações do Estado e tem conseqüências ambivalentes para o desenvolvimento da sociedade”.

Mais adiante, no mesmo texto, ele diz: “Na década de 60, os países do Terceiro Mundo buscaram uma no-

O fato é que os Estados Unidos são o maior mercado, a maior potência militar do mundo, as maiores corporações estão lá, mas a economia norte-americana não cresce há 25 anos, e uma potência só é hegemônica se tem condições de organizar e gerir, capacidade que os Estados Unidos perderam.

Paulo Arantes

va ordem econômica internacional para corrigir as raízes da desigualdade internacional com sucesso limitado. Hoje em dia, as negociações globais Norte-Sul perderam a sua força exatamente no momento em que a economia está sendo globalizada, e está surgindo uma superestrutura homogeneizante mais preocupada com a liberdade de fluxos do que com a diminuição das desigualdades”.

Se essa análise é para valer, o presidente reforça não apenas o caráter incontrolável do processo de globalização, inclusive para a formulação de políticas próprias de desenvolvimento, como também revela um ambiente de capitulação frente ao crescimento das desigualdades sociais, interno e externo. Ou seja, segue a cartilha oficial ditada pelos interesses da internacionalização do capital, apesar dos custos constatados.

Em artigo publicado no *Estado de S. Paulo* (6/7/96), o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, chamou a atenção exatamente para essa onda de que “tudo acontece por causa da globalização e tudo se resolve por meio da globalização”.

Para ele, a “globalização não é somente o novo dogma dos economistas, mas é principalmente a nova racionalidade das instituições internacionais e multilaterais e dos Estados nacionais; tudo acontece ou deve acontecer de uma determinada forma em função e como consequência inexorável da globalização”.

Para a professora de História da América Latina Contemporânea (USP), Zilda Iokoi, o problema de uma globalização ampla é justamente estabelecer controles no planejamento e na execução. Ela considera que o mercado e os recursos financeiros estejam em processo de globalização, mas “o resto não”. O que está acontecendo, diz ela, é que “o centro do capitalismo está tentando estabelecer gerenciamentos supranacionais, mas aí existe um descompasso entre o

planejamento centralizado e a execução”.

Iokoi lembra que, historicamente “o Brasil é marcado pelo individualismo do modo de produção, herdado do colonialismo”, e que essa fragmentação “acaba sendo fator de resistência à globalização”. Existe, segundo ela, todo um processo que “faz o país se concentrar em torno do poder local; e o maior exemplo disso é o coronelismo no nordeste, onde o coronel tem o poder da territorialidade (se apropria da terra) e exerce esse poder com a prática da violência e o paternalismo”.

Outro exemplo de resistência aos controles modernizantes são as comunidades remanescentes dos quilombos, estimadas em mais de mil espalhadas pelo país, que se aposaram de terras para fugir da escravidão e que até hoje vivem isoladas, com nenhum ou pouco contato com novas tecnologias e sem nenhum vínculo com a globalização.

Iokoi enfatiza também a capacidade de transformação das populações interioranas para reverter situações, se adaptar, al-

terar modo de vida, sem perder o rumo de sua trajetória cultural. É o caso das comunidades rurais expulsas das terras para a construção de barragens de usinas hidrelétricas, chamadas de “afogados”, que se organizaram no Movimento Sem-Terra e lutaram durante anos – no caso da Encruzilhada do Natalino, Rio Grande do Sul – até conseguirem constituir uma nova comunidade agropecuária.

Para a professora da USP, muitas dessas comunidades “modificaram enormemente o seu modo de produção”, foram influenciadas pela tecnologia e pelo mercado, mas “mantêm o sentido da propriedade individual e familiar”. Outro exemplo de adaptação é o dos povos da floresta, que passaram a valorizar a extração e as lavouras comerciais, inclusive para exportação,

Exemplo de resistência aos controles modernizantes são as comunidades remanescentes dos quilombos, estimadas em mais de mil, que se aposaram de terras para fugir da escravidão e que até hoje vivem isoladas, com nenhum ou pouco contato com novas tecnologias e sem qualquer vínculo com a globalização.

Zilda Iokoi

mas “com forte sentido de preservação da floresta”.

“O que acontece”, diz ela, “é que muitos povos se apropriam de tecnologias difundidas na globalização e as adaptam conforme seus interesses, mantendo seus vínculos culturais.” A parte mais importante, nessas situações todas, “é do saber fazer”, na medida em que essas populações têm sob o seu controle o seu modo de produção e seu modo de vida.

No Brasil urbano, no entanto, onde, segundo Iokoi, as populações perderam boa parte de suas tradições, o processo acelerado de globalização econômica provoca alterações significativas no modo de vida, especialmente em função das relações de trabalho. Ela lembra que, nos últimos anos, esse processo matou 60% da possibilidade de empregos na área industrial, no ABC paulista. “Setores inteiros estão se esvaziando, se desintegrando, com o fechamento de muitos postos de trabalho.”

“Com isso”, afirma, “a alteração cultural é enorme”, na medida em que muitos trabalhadores são obrigados a entrar num processo de terceirização ou viver de subemprego, trabalhando como camelôs, submetidos à instabilidade e à desestruturação familiar e social. “Em vários setores”, diz ela, “o conjunto da força de trabalho retorna à situação do século XIX, na questão dos direitos trabalhistas e sociais.” O desdobramento imediato disso é a grande “dessindicalização existente, em função do desemprego, que atinge a região do ABC, onde está o sindicalismo mais organizado e mais combativo do país”.

Segundo Iokoi, “o processo de globalização exclui a maior parte da população, cria novas massas de miseráveis”, que acabam buscando novas formas de inserção social e cultural. Para ela, “essa volta da religiosidade, que avança em muitos lugares, é um apego ao que existe lá atrás”, uma tentativa de “reconstruir eles da experiência cultural, na lógica da re-humanização”.

Ela acredita, no entanto, que “a onda neoliberal vai se esgotar em pouco tempo e surgirá uma necessidade de afirmação nacional, baseada na retomada dos padrões de desenvolvimento regionais, com a criação de novas formas de gestão e de produção”. Segundo Iokoi, “a questão, no momento, é saber como abrir caminho na mídia, já que o discurso dominante corre solto, tratando como se fosse natural entrar no mundo globalizado”.

Contradição

Professor de Política Cultural na ECA-USP, José Teixeira Coelho Neto afirma que “a globalização cultural é um processo complexo, fragmentário, contraditório e dinâmico”, sobre o qual “não dá para dizer que é uma coisa só e produz um único tipo de efeito”. Segundo ele, “não é um fenômeno em bloco, maciço, mas tem múltiplos aspectos com efeitos contraditórios.”

Teixeira Coelho diz que é possível notar “via comunicação de massa uma tendência de pasteurizar, que seria o movimento de uniformização; mas há também o movimento contrário de localismo, que são fontes, grupos, que cultivam certos impulsos locais e fazem questão de cultivar esses impulsos.” Então são dois fenômenos que existem ao mesmo tempo.

No sentido mais amplo da globalização cultural, relacionado ao comportamento e ao modo de vida, existe – para ele – uma uniformização maior. “É o caso do uso do tênis pelo jovem norte-americano, pelo brasileiro, pelo japonês ou pelo cubano, que também quer usar.”

Ele lembra, no entanto, que os estudos sobre localismo estão aparecendo justamente neste momento em que se fala tanto de globalização. São estudos que tratam daquilo que está mais próximo, mais imediato: “Seria o provincial em contraposição ao nacional, ou, em muitos casos, o nacional é o localismo em relação ao internacional”.

No localismo, o que se observa, diz o professor, é a ocorrência de “esforços até violentos para se manter determinados padrões culturais”. Na segunda metade dos anos 80, por exemplo, “o sentimento regional ficou muito exarcebado aqui no Brasil, quando se via nos carros o adesivo ‘o sul é o meu país’; e isso não era da boca para fora, pois esse sentimento separatista sempre existiu e continua latente na região sul.”

Teixeira Coelho diz que, no estudo da cultura, existe “uma certa tendência a valorar negativamente a globalização, que é tratada como uma avalanche que vai passar por cima de tudo”. É freqüente encontrar, segundo ele, em estudos passados, registros de previsões catastróficas sobre determinadas situações culturais, mas que não se realizaram.

Além do mais, afirma, “muitos movimentos utópicos como o marxismo e a religião católica sempre foram uniformizantes, globalizantes, e sempre apostaram muito na transformação da humanidade numa enorme fraternidade”. O que acontece é que “a humanidade sempre perseguiu, de certa forma, uma meta unificadora, mas quando essa meta está chegando perto ela vê que tem problemas”. Assim, diz ele, “a humanidade sempre fica numa encruzilhada entre o pensamento unitário, que pode ser totalitário, e o pensamento divergente, que é responsável por todas essas diferenças, incluindo o racismo, o ceticismo, a luta, a agressão.”

Para Teixeira Coelho, é inegável que “o Brasil está mais exposto a essa ação niveladora, homogeneizadora, porque os nossos valores nunca se firmaram e nós não temos uma política cultural de afirmação desses valores”. Ele aponta como exemplo inverso a situação da França, que além de ter uma sólida história cultural, “tem política cultural para defender seus valores e para preservar sua identidade tradicional.”

Essa ação globalizante na cultura, segundo ele, “está entrando muito forte pelos meios de comunicação, pelo cinema e principalmente pelo comportamento das pessoas”. E Teixeira Coelho não considera isso negativo, ao contrário: “Acho que a inundação de informação que está acontecendo hoje em dia faz com que as pessoas pensem duas vezes”. Ele lembra, como exemplo negativo, a atitude do governo do Irã, que mandou arrancar todas as antenas parabólicas das casas para que ninguém veja os canais de televisão de outros países. “Lá, o movimento religioso fundamentalista tem uma política declarada contra a modernidade.”

Em pesquisa recente, relatada no livro *Globalização e identidade cultural na América Latina*, a professora Maria Nazareth Ferreira, da ECA/USP, registra


inúmeras observações sobre os danos – econômicos, sociais e culturais – provocados pelo crescente processo de globalização.

Segundo ela, “os países do Terceiro Mundo, especificamente suas classes subalternas, obrigadas a seguir as determinações do processo econômico global para garantir sua sobrevivência, estão alterando os traços mais significativos de sua identidade; e muitos dos problemas relacionados com esta transformação estão ligados ao ritmo intenso das mudanças, que impede uma assimilação das novas reservas simbólicas e do novo modo de vida”.

Nazareth Ferreira observa que “esse processo de modernização tem por objeto a inserção formal destas populações no mercado de consumo de bens materiais e simbólicos”, e que “não é de interesse das elites que comandam a globalização a participação efetiva das classes despossuídas na tomada de decisão sobre o rumo que esta situação venha a seguir, nem as suas conseqüências”.

Ainda de acordo com a professora, “as mudanças em andamento na globalização, propostas pela nova fase de acumulação monopolista do

capital internacional, trouxeram conseqüências graves para a questão cultural, na medida em que esta sofre um processo de transnacionalização sem precedentes na história da humanidade: a expansão das indústrias culturais, a concentração e privatização dos *media*, a expansão e homogeneização das redes de informação, o debilitamento do Estado e do sentido do que é público e privado, são as condições necessárias para garantir a eficiência e racionalidade dos mercados”.

Assim, a questão da globalização, mitificada ou não, panacéia ou não, sugere um amplo caminho de estudos e debates, e, especialmente, muita polêmica – não apenas nos seus aspectos econômicos e sociais, mas também nos seus aspectos culturais. 

Existe uma certa tendência a valorar negativamente a globalização, que é tratada como uma avalanche que vai passar por cima de tudo. É freqüente encontrar em estudos passados registros de previsões catastróficas sobre determinadas situações culturais, mas que não se realizaram.

Teixeira Coelho